

	<p>Protocolo Nº 20210929115402824</p> <p>Sua solicitação foi enviada à 1ª Vara Cível de Socorro da Comarca de NOSSA SENHORA DO SOCORRO em 29/09/2021 11:54 por KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ, OAB 2592##SE.</p>
---	---

DADOS DO PROTOCOLO

Tipo de Protocolo: PETICIONAMENTO GERAL - Outras Petições

Processo: 202088001630

Classe: Procedimento Comum

Dados do Processo Origem				
Número	Classe		Competência	
202088001630	Procedimento Cível	Comum	1ª Vara Cível	de Socorro
Guia Inicial	Situação	Distribuido Em:		
202013306765	JULGADO	18/11/2020		
Julgamento				
15/03/2021				

Partes		
Tipo	CPF	Nome
Requerente	89416058491	EDLEUSA TAVARES DA SILVA
Requerido	09248608000104	SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.

Anexos		
	Nome	Tipo
1	2775432_MANIFESTACAO_SOBRE_DOCS_01.pdf	Petição

ATENÇÃO!

1. Documentos produzidos eletronicamente serão considerados originais, para os efeitos da lei, devendo os originais dos documentos digitalizados ser preservados pelo seu detentor até o trânsito em julgado da sentença ou, quando admitida, até o final do prazo para interposição de ação rescisória.
2. Os documentos cuja digitalização seja tecnicamente inviável devido ao grande volume ou por motivo de ilegibilidade deverão ser apresentados ao cartório ou secretaria no prazo de 10 (dez) dias contados do envio de petição eletrônica comunicando o fato, os quais serão devolvidos à parte após o trânsito em julgado.
3. Ressalvados os casos de sigilo e segredo de justiça, os documentos digitalizados juntados em processo eletrônico somente estarão disponíveis para acesso por meio da rede externa para suas respectivas partes processuais, através dos seus advogados, e para o Ministério Público.
4. Caso haja impedimento para o registro do processo eletrônico pelo Juízo, a solicitação será devolvida ao Portal do patrono solicitante (advogado, defensor público ou promotor de justiça), a fim de que possa ser submetido à regularização.
5. Atualize o seu e-mail para o Sistema Push. Este serviço promove o envio de correspondência eletrônica, dando-lhe informações sobre o andamento dos processos ajuizados por Vossa Senhoria. Se for caso de vinculação posterior a processos, o cadastro deverá ser realizado através do Portal TJSE.

Imprimir



EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SOCORRO/SE

Processo: 202088001630

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **EDLEUSA TAVARES DA SILVA**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem, mui respeitosamente, à presença de V. Exa., informar para ao final requerer o que segue:

DA FALTA DE NEXO DE CAUSALIDADE

A Lei que regula a indenização pleiteada pela Autora é a Lei n.º 6.194/74, modificada pelas Leis 8.441/92 e 11.482/07. Estas leis determinam que deve existir nexo de causalidade e efeito entre a morte e o acidente noticiado.

Em que pese a parte autora ter juntado aos autos a certidão de óbito da vítima e uma comunicação policial unilateral, **não há elementos capazes de comprovar que a vítima teria falecido em decorrência do acidente de trânsito.**

Conforme já sustentado, a certidão de óbito **não exhibe qualquer menção como a *causa mortis* como sendo oriunda de acidente automobilístico.**

Além disso, considerando as diversas divergências em relação a data do sinistro, na inicial, que aponta que a vítima teria sido atropelada em 05/04/2020, mas o registro de ocorrência noticiado pelo irmão da vítima informa que o acidente teria ocorrido em 19/04/2020, não há como se admitir estas alegações, pois as mesmas não são corroboradas pelo conjunto probatório.

Segundo registro de ocorrência comunicado pelo irmão da vítima o acidente teria se dado em 19/04/2020:

BOLETIM DE OCORRENCIA		Nº: 039674/2020
DADOS DO REGISTRO		
Data/Hora Início do Registro: 19/05/2020 08:15	Data/Hora Fim: 19/05/2020 08:42	
Delegado de Polícia: Nalile Bispo de Castro		
DADOS DA OCORRÊNCIA		
Afeto: Departamento de Homicídios e Proteção a Pessoa		
Data/Hora do Fato: 19/04/2020		
Local do Fato		
Município: Nossa Senhora do Socorro (SE)		
Bairro: Loteamento Pai André		
Tipo do Local: Via Pública		
Natureza	Meio(s) Empregado(s)	



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA RODoviÁRIA FEDERAL

BOLETIM DE ACIDENTE DE TRÂNSITO
PROTOCOLO Nº 20017615B01



INFORMAÇÕES GERAIS

Data: 05/04/2020 Hora: 20:50 Município: NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE
BR: 101 KM: 94,5 Sentido: Decrescente
Policial responsável pelo atendimento: FABIANA, 1504549

De todo modo, fato incontestável é que a vítima somente veio à óbito 1 (um) mês após esta data, e não consta nos autos qualquer documento médico que comprove o atendimento do mesmo e o agravamento das lesões sofridas em razão do acidente que teriam levado ao óbito.

Não se mostra crível que a vítima tendo ficado um mês internada, não tenha gerado qualquer documento hospitalar capaz de comprovar sua internação e quadro.

Por fim, a ausência de laudo cadavérico capaz de comprovar os fatos alegados é óbice ao pleito do autor, sendo o nexo causal entre o óbito e o acidente, elo essencial ao deslinde da ação, o que não se observa nos autos.

Portanto, carece sim a autora, quanto a prova dos fatos construtivos do seu direito.

Constata-se, pela simples leitura dos documentos acostados aos autos, que os mesmos NÃO atestam que existe nexo causal entre o acidente e morte da vítima, não podendo de forma alguma o i. julgador ficar a estes fatos.

Diante do que resta exposto, ratifica as teses de defesa apresentadas, para que sejam julgados improcedentes os pedidos da inicial.

Nestes Termos,
Pede Deferimento,

SOCORRO, 24 de setembro de 2021.

JOÃO BARBOSA
OAB/SE 780-A

KELLY CHRYSTIAN SILVA MENENDEZ
2592 - OAB/SE

